



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 10.666, DE 2018

Dispõe sobre a exigência a revendedores de combustíveis de expor informações relativas ao proprietário do estabelecimento de revenda e aos demais estabelecimentos a ele vinculados.

Autor: Deputado HUGO LEAL

Relatora: Deputada CHRISTIANE DE SOUZA YARED

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Hugo Leal, altera a Lei n. 9.478, de 1997, para incluir entre as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP exigir que os revendedores de combustíveis exponham, em local público e acessível aos consumidores, de informações relativas ao proprietário do estabelecimento de revenda e aos demais estabelecimentos a ele vinculados, na forma do regulamento.

Na Justificação, o autor discorre sobre a concentração do mercado revendedor de combustíveis, muitas vezes com diversas bandeiras de revenda, comprometendo “o caráter distintivo a que o consumidor tem direito para caracterizar corretamente a origem do produto que irá consumir”, e concorrendo para a formação de “*Brand Preemption*” (conduta de ocupação, por agente majoritário, dos espaços de entrantes pela criação ou utilização de todas as marcas disponíveis).





Sustenta que não há que se alegar invasão de privacidade, uma vez que a ANP divulga informações em seu sítio eletrônico, entre as quais o CNPJ, a razão social, o nome fantasia e a bandeira de cada posto de todas as unidades federativas.

A matéria foi distribuída à Comissão de Minas e Energia e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Comissão de Minas e Energia, contra os votos de cinco parlamentares, acompanhou o voto do Relator, Depuado Daniel Silveira, e aprovou o projeto.

Chega, por fim, a proposição a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob o regime ordinário de tramitação e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 10.666, de 2018.

A proposição trata de matéria de competência legislativa da União (CF, arts. 22, I e IV), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48, *caput*). A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (CF, art. 61, *caput*).



* C D 2 1 7 6 1 4 0 6 3 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

Verificada a obediência aos requisitos constitucionais formais, constata-se que o projeto respeita os demais dispositivos constitucionais de cunho material, inclusive o direito à privacidade, eis que atualmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP já divulga em seu sítio eletrônico informações, entre as quais o CNPJ, a razão social, o nome fantasia e a bandeira de cada posto de cada uma das unidades federativas.

Quanto à juridicidade, a matéria se encontra adequadamente inserida no ordenamento jurídico brasileiro; não se vislumbrando ofensa aos princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio, tampouco aos princípios e regras contidos em leis ordinárias e complementares nacionais ou aos tratados internacionais de direitos humanos internalizados no Direito pátrio, exceção feita a pequena questão de técnica legislativa, apontada a seguir.

No que se refere à técnica legislativa, a proposição em exame exige emenda para adequá-la ao disposto no art. 12, III, “d” da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nesse sentido, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 10.666, de 2018, com a anexa emenda.

Sala da Comissão, de outubro de 2021

CHRISTIANE DE SOUZA YARED
PL-PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christiane de Souza Yared

Para verificar a assinatura, acesse <https://infuleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217614063400>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 201 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5201/3201 | dep.christianedesouzayared@camara.leg.br



* C D 2 1 7 6 1 4 0 6 3 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Christiane de Souza Yared - PL/PR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 10.666, DE 2018

Dispõe sobre a exigência a revendedores de combustíveis de expor informações relativas ao proprietário do estabelecimento de revenda e aos demais estabelecimentos a ele vinculados.

EMENDA Nº 1

Acrescentem-se, ao final do art. 8º da Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, alterado pelo art. 1º do projeto, as letras “NR”, maiúsculas, entre parêntesis.

Sala da Comissão, de outubro de 2021

CHRISTIANE DE SOUZA YARED
PL-PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Christiane de Souza Yared

Para verificar a assinatura, acesse <https://infuleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217614063400>

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 201 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5201/3201 | dep.christianedesouzayared@camara.leg.br



* C D 2 1 7 6 1 4 0 6 3 4 0 0 *